



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16376 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

Ideb e Investimentos Educacionais: olhares iniciais para as escolas públicas de feira de santana - Bahia

Maria de Lourdes Haywanon Santos Araújo - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Josivânia Santana de Cristo - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

Brenda Ferreira de Jesus dos Santos - UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

Agência e/ou Instituição Financiadora: UEFS/FINAPesq

**IDEB E INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS: OLHARES INICIAIS PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DE
FEIRA DE SANTANA - BAHIA**

Autor(a) ^[1]

Coautor(a) ^[2]

Coautor(a) ^[3]

1 INTRODUÇÃO

Com a rápida expansão do capitalismo em escala global e a adoção de uma política econômica neoliberal, se começa uma disputa em que a educação, direito constitucional, passa a ser disputada pela lógica de mercado que busca o lucro e consequentemente um controle com metas, objetivos, produtos e resultados. Essa modalidade de controle se manifesta por meio de regulamentações das políticas educacionais, em especial das avaliações em larga escala que tem a finalidade de monitorar o sistema educacional e, dessa maneira, pode nos apresentar resultados com grande utilidade para a comunidade escolar, “desde que não se limitem a

apenas indicar diagnósticos simplistas, tais como a situação está ruim, melhorou ou piorou” (Câmara; Melo, 2009, p. 4).

A pesquisa objetiva apresentar um panorama do ensino fundamental - anos finais de um município do interior da Bahia, a partir dos dados do SAEB em toda a série histórica (2007 a 2021) e dos investimentos recebidos pelas escolas.

A pesquisa documental, de natureza exploratória, se debruça para a apresentação de um panorama com “a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis ” (Gil, 2002, p 42). Caracteriza-se por uma abordagem qualitativa principalmente pela “perspectiva interpretativa de condução da pesquisa” (Kaplan & Duchon, 1988).

Os resultados obtidos por essa investigação podem favorecer a implementação de ações que qualifiquem a gestão escolar e contribuir para outras pesquisas a respeito do tema, principalmente pela escassez de pesquisas no lócus estudado, observada durante a procura por referências no Portal de Periódicos CAPES e Scielo. As dificuldades principais da pesquisa se deram em torno do mapeamento dos resultados da Prova Brasil, devido às instabilidades do Sistema SAEB, “Acesso público ao boletim da escola”.

2 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: QUESTÕES EM DEBATE

O sistema de avaliação nacional implementado por meio do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica) foi sendo aprimorado desde a sua implantação na década de 1990. Os diversos exames e levantamento sistemático de informações passaram a produzir informações sobre a realidade educacional brasileira e redes de ensino públicas e privadas, utilizando-se em especial provas de matemática e língua portuguesa (leitura), aplicadas a alunos de 5ª e 9º anos do Ensino Fundamental, e no 3º ano do Ensino Médio.

Para além de fatores intra e extraescolares (Dourado & Oliveira, 2009), estudos como o de Franco et al (2007), Gadotti (2010), Albernaz et al (2002) e Soares (2004), apontam a necessidade de pensar a qualidade da educação na perspectiva da sustentabilidade, da avaliação como um processo de monitoramento na luta contra a mercantilização e contra a avaliação em larga escala como um processo indutor de responsabilização/culpabilização de escolas e professores.

Se por um lado, a partir da década de 1990, houve ampliação de acesso à Educação Básica, por outro lado o Saeb mostra a ineficácia das políticas adotadas em garantir a melhoria da qualidade da educação no país (Mesquita, 2012). Foi esse debate que contribuiu, em 2007, para a criação de um novo indicador de

desempenho escolar, o Ideb, que tenta expressar o fluxo e o desempenho de uma escola.

Nesse sentido, as avaliações contribuiriam para possibilitar a construção de um sistema educacional que se aproximasse do ideal, em que as crianças e adolescentes tivessem acesso, não apresentassem distorção idade-série e não ocorresse evasão escolar. Assim, uma das características favoráveis do Ideb é a forma sintética e simplificada de apresentar os dados em uma escala de 0 a 10, o que facilita a compreensão e as apresenta na mesma versão das notas escolares da avaliação de aprendizagem (Soares & Xavier, 2013).

As perspectivas de Freitas (2014) e Ribeiro (2016) destacam que as políticas educacionais voltadas para a construção do IDEB podem resultar no empobrecimento da educação pública democrática, inclusiva e de qualidade. Isso ocorre devido à exclusão de saberes e de grupos de estudantes, observada no contexto dominado por testes e treinamentos para as provas. Essa crítica sugere que a ênfase na obtenção de resultados no IDEB pode promover uma educação superficial, focada na reprodução de conteúdos específicos das avaliações, em detrimento de uma formação mais ampla e significativa para os alunos. Isso pode contribuir para a redução da qualidade da educação, limitando o acesso a diferentes conhecimentos e negligenciando as necessidades individuais dos estudantes.

Ainda assim, o IDEB se consolidou como o principal indicador técnico-quantitativo da qualidade da educação básica no Brasil. No entanto, não podemos ignorar que apresenta fragilidades e, ao olhar apenas para a nota, não consegue capturar e apresentar todos os aspectos relevantes, não consegue refletir as condições de trabalho, de ensino e de aprendizagem nas quais professores e gestores atuam, tampouco oferece uma compreensão completa da qualidade do ensino em uma instituição, devido às suas limitações. (Ribeiro, 2016).

Se tratando de investimento em educação pública, a constituição brasileira de 1988 garante a todos os cidadãos brasileiros o direito à educação, sendo uma responsabilidade dos governos federais, estaduais e municipais, inclusive seu financiamento (Edinir, Bassi, 2009). É através das Políticas Públicas que se pode garantir o acesso à escola, a formação de professores, a oferta de recursos e materiais didáticos adequados, e a promoção da gestão democrática nas escolas.

Por isso compreende-se, apesar dos limites, a importância de realizar avaliações em larga escala e comparar os investimentos com a melhoria da qualidade da educação para produzir informações que auxiliem na gestão das escolas e no controle de recursos, visando os melhores resultados (Silva; Galvão; Silva, 2021).

Em uma sociedade onde os recursos são escassos, é crucial garantir o acompanhamento e a transparência no investimento em educação, visto que o acesso e conhecimento às informações são fundamentais para uma boa gestão pública. A fiscalização e transparência no uso dos recursos públicos destinados à educação ajudam a combater a corrupção e fortalecer nossa cidadania.

4 O LÓCUS DA PESQUISA: FEIRA DE SANTANA, A PRINCESA DO SERTÃO

Para visualizar o alcance da pesquisa, é importante compreender Feira de Santana, como a maior cidade do interior do Norte e Nordeste brasileiro, distante 110 km de Salvador, em um ponto significativamente estratégico de convergência migratória, que se destaca por ser um dos maiores entroncamentos rodoviários do país. É também a sexta maior cidade do interior do país, com uma população superior à de oito capitais brasileiras (IBGE, 2022).

Feira de Santana, possui seu próprio Sistema Municipal de Ensino, responsável principalmente pela garantia da oferta da Educação Infantil por meio das Creches Municipais, todo o Ensino Fundamental – Anos Iniciais e grande parte do Ensino Fundamental – Anos Finais, principalmente após o processo de municipalização que ocorre na Bahia com grande repercussão na organização das escolas na cidade, em especial a partir de 2018.

Assim, temos hoje atendidos na rede pública de ensino em Feira de Santana, aproximadamente 73% dos estudantes em idade escolar, demonstrando a importância da educação pública para a formação da sociedade.

Para apresentar o panorama do município de Feira de Santana no contexto das avaliações educacionais em larga escala, o universo escolhido foi estabelecido a partir do levantamento de todas as escolas da cidade pertencentes à rede pública de ensino estadual e municipal. Das 418 instituições escolares, foi estabelecido como lócus da pesquisa, todas as escolas que ofertam os Anos Finais do Ensino Fundamental, por serem as que estavam aptas a participar da Prova Brasil/SAEB em todo o período analisado, atendendo aos critérios estabelecidos pelo Inep, passando nosso universo a 90 escolas da rede pública estadual e municipal.

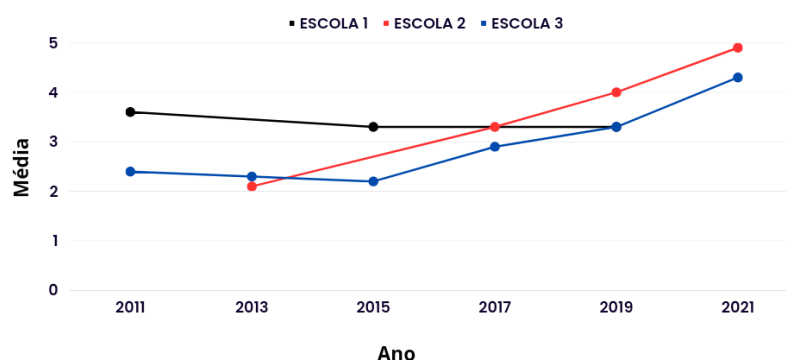
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

O principal objetivo foi de realizar o levantamento e análise do IDEB no período de 2011 a 2021, das escolas públicas, pelos resultados divulgados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), disponível ao público externo e ao levantamento das informações sobre os

investimentos recebidos pelas escolas em toda a série histórica.

Nesse sentido, observou-se uma grande oscilação nas edições do SAEB entre escolas que não tiveram resultados divulgados, escolas que não mantiveram a constância de participação no decorrer da série ou aquelas que apresentavam todos os resultados.

Gráfico 1 - Exemplo da variação da participação das escolas no SAEB (2011/2021)



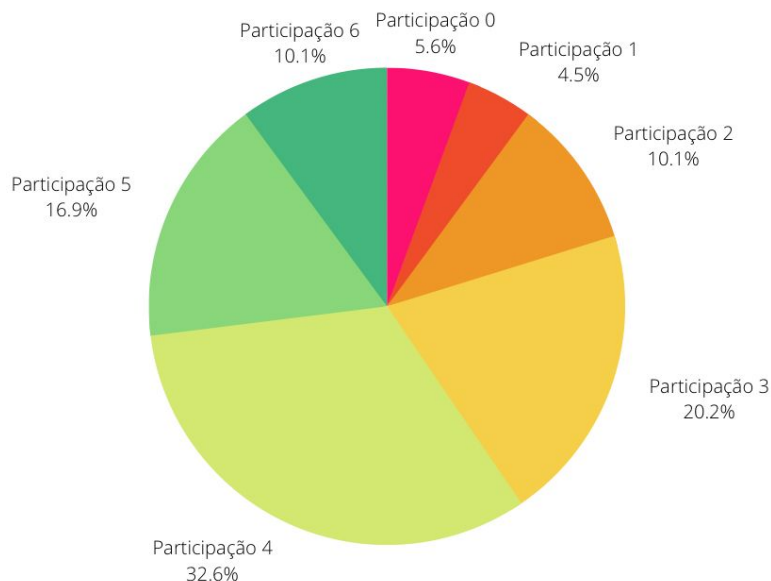
Fonte: Elaborado pelas autoras.

Como é possível observar no Gráfico 1 onde os marcadores indicam os anos em que as escolas participaram/tiveram os resultados divulgados, temos perfis diferentes de escolas, tanto no tocante à constância na participação, quanto no índice alcançado como resultado. Observou-se ainda no ano de 2021, durante a pandemia do COVID-19, que todas as escolas participantes obtiveram resultados positivos, o que faz surgir questionamentos quanto ao nível e condições de aplicação das provas, além da alteração dos dados de matrícula e permanência, com impacto no Censo Escolar.

A partir da identificação da inconstância quanto à participação das escolas no SAEB durante o período pesquisado, estabeleceu-se novos parâmetros para analisar as escolas, obtendo duas categorias principais: participação efetiva das escolas no período estudado e alcance das metas estabelecidas pelo Inep para cada escola.

Na primeira categoria, organizamos as escolas a partir do total de participações no SAEB no período de 2011 a 2021.

Gráfico 2 - Porcentagem de participação das escolas no IDEB (2011/2021)



Fonte: Elaborada pelas autoras.

No gráfico 2 observa-se a variação de participação, com escolas que não tiveram resultado divulgado em nenhuma edição, até escolas que obtiveram os resultados nas 6 edições do recorte estabelecido. É possível observar que mais de 50% das escolas dos anos finais do ensino fundamental das redes municipal e estadual, participaram de 3 ou 4 edições do SAEB, e que apenas 10% participaram de todas as edições, correspondendo a 9 escolas, sendo apenas uma da rede municipal de ensino.

Outra categorização foi estabelecida pelo declínio ou aumento do Ideb, com base nas metas do Inep. O índice 0,6 foi obtido a partir da maior diferença entre as metas estabelecidas pelo Inep para todas as escolas do município. Então categorizou-se as escolas com aumento, redução ou instabilidade maior e menor que 0,6.

Tabela 2 - Escolas de FSA por intervalos de variação estabelecido a partir das metas projetadas do Ideb

Varição	Escolas
Apenas > 0,6	0
Apenas < 0,6	17
Variações maiores e menores que 0,6	68

Fonte: Elaborado pelas autoras

É possível constatar na Tabela 2, a oscilação dos resultados das escolas, mostrando uma instabilidade a cada edição do SAEB, sugerindo a descontinuidade de ações que permitiram ao longo do período a melhoria dos resultados.

Outro fator importante é que, na média das escolas que tiveram apenas variações positivas, essas em linhas gerais excedem os 0,6 pontos nas edições analisadas, mesmo com a escola ficando com Ideb abaixo da meta projetada, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Média das variações positivas de 2011 até 2021

Período	Média das variações positivas
2013-2011	1
2015-2013	0,8
2017-2015	0,8
2019-2017	0,8
2021-2019	0,9

Fonte: Elaborado pelas autoras

Destaca-se ainda, apesar da média ficar em torno de 1,0 ponto na variação a cada edição, de escolas que alcançam variação acima de 1,5 no comparativo entre duas edições, sendo fator de evidência e de critério de seleção das escolas a fazerem parte da próxima etapa da pesquisa, com o objetivo de identificar as ações realizadas para tal variação no ano da edição em destaque. É preciso neste caso, aprofundar o olhar nos dados que compõem o Ideb e compreender a composição do índice e fatores que determinam sua oscilação, como é o caso da Prova Brasil/SAEB no 9º ano do Ensino Fundamental.

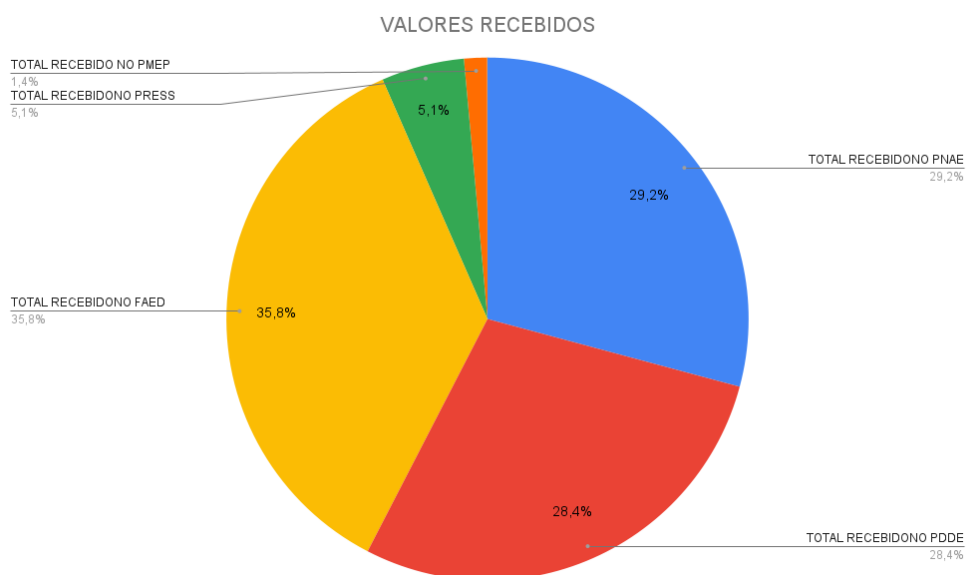
A partir do panorama das escolas e seus resultados no Ideb, passamos a mapear os investimentos recebidos por escola, para identificar se, as edições que tiveram oscilação negativa/positiva no índice coincidem com alteração dos recursos recebidos, fase ainda em andamento.

No mapeamento inicial, separou-se cada programa que foi citado no Portal de Transparência do Governo Federal para apresentar o recurso que a escola poderia receber, sendo eles: Fundo de Assistência Educacional (FAED), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Educação Socioemocional e Saúde (PRESS), Programa Mais Educação nas Práticas (PMEP), Programa Nacional de Avaliação de Custo (PNAC) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAP).

No gráfico 4, podemos classificar os programas conforme o montante de

verbas destinadas às 90 escolas de Feira de Santana, foco dessa pesquisa.

Gráfico 4 - Investimentos recebidos pelas escolas (2011/2023)

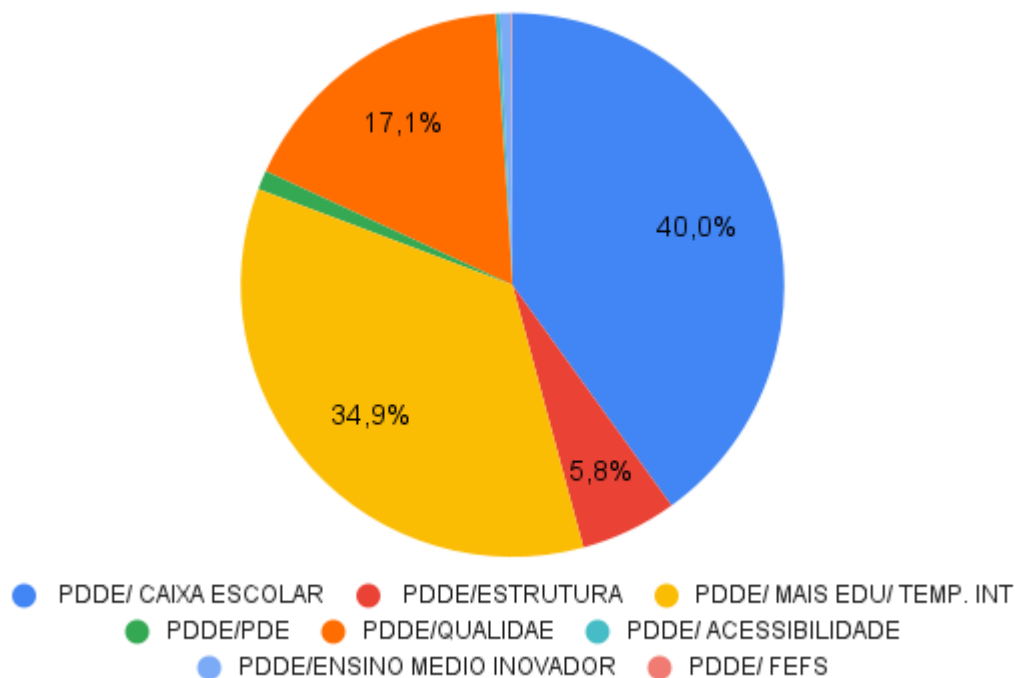


Fonte: Elaborada pelas autoras

O programa Faed lidera, seguido pelo Pnae em segundo lugar. Em terceiro está o PDDE, seguido de perto pelo Press. Por fim, PNAP e PNAC estão em último lugar, ambos sendo responsáveis por apenas 0,01% dos recursos recebidos pelas escolas.

Na próxima fase, investigaremos se a alocação de recursos pode estar desequilibrada, e se isto pode se refletir nos resultados do SAEB em cada escola, uma vez que essa disparidade pode impactar diretamente o desempenho escolar. O IDEB mede a qualidade da educação por meio do desempenho dos alunos e das taxas de aprovação, e uma alocação desigual de recursos pode resultar em diferenças significativas nesses índices. Escolas com menos recursos podem enfrentar dificuldades em fornecer materiais adequados e formação para professores, prejudicando seu IDEB, enquanto escolas com mais financiamentos podem apresentar melhores resultados.

Gráfico 5 - Detalhamento dos investimentos recebidos pelas escolas, por programa que compõe o PDDE (2011/2023)



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Com base nos dados e análises, levantamos questionamentos para a próxima etapa da pesquisa, tais como os critérios utilizados para uso das verbas recebidas e quais as estratégias dos gestores para uso dos resultados do SAEB. A próxima fase investigará a relação dos investimentos recebidos com os resultados do SAEB.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades no acesso às informações, devido a instabilidade dos sistemas, foi possível elaborar um extenso banco de dados com o resultado do Ideb, da Prova Brasil e do Censo de 2005 até 2021, que permitiu estabelecer um panorama da participação, dos resultados e investimentos recebidos por todas as escolas de Feira de Santana.

A partir dos resultados observados, podemos constatar que as escolas de Feira de Santana, tem oscilado em sua participação no SAEB ao longo da série histórica, o que conseqüentemente inviabiliza uma linearidade de obtenção de resultado no Ideb. Este por sua vez, também oscila em cada escola, e poucas são as escolas que alcançam a meta projetada em uma ou outra edição, mas nenhuma alcançou a meta estabelecida para 2021 pelo Inep.

O levantamento e análise do Ideb em Feira de Santana de 2011 a 2021 destacam a necessidade de uma abordagem crítica dos dados, não apenas como indicadores de desempenho escolar, mas como instrumentos para compreender

suas causas. Esses aspectos, em conjunto com a análise dos investimentos, serão explorados na próxima fase da pesquisa junto ao mapeamento dos investimentos e ações da gestão escolar.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, A.; FERREIRA, F.; FRANCO, C. Qualidade e equidade no ensino fundamental brasileiro. **PESQUISA E PLANEJAMENTO ECONÔMICO**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 2002.

CAMARA, M. & Melo, D. Por quem? Por cem! o que dizem os alunos do Projovem sobre porcentagem no exame nacional externo. In: **ANAIS** da V Reunião Anual da Associação Brasileira de Avaliação Educacional - ABAVE. Salvador. 2009.

MESQUITA, S. Os resultados do Ideb no cotidiano escolar. **ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 20, n. 76, p. 587-606, set. 2012. . DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362012000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/DHVVFFMhgyRqNkK7ddQrnBj/?lang=pt#>. Acesso em: 31 jul. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO DEMOGRÁFICO 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 31 jul. 2024.

GIL, Antonio Carlos. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA**. 4. ed. São Paulo:Atlas, 2002. DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **CADERNOS CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

SILVA, G. da; SILVA, A.V. da; SANTOS, I. M. dos. O IDEB e as políticas públicas educacionais: estratégias, efeitos e consequências. **REVISTA EXITUS**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 258–285, 2019. DOI: 10.24065/2237-9460.2019v9n1ID723. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ufopa.edu.br/index.php/revistaexitus/article/view/723>. Acesso em: 31 jul. 2024.

EDINIR, M.; BASSI, M. **BICHO DE SETE CABEÇAS**: para entender o financiamento da educação brasileira. 1. ed. Petrópolis: Fundação Peirópolis, 2009, 176 p.

SILVA, Agnaldo Batista da; GALVÃO, Reisiane Rodrigues; SILVA, Francisco de Assis Escobar. Relação Dos Gastos Educacionais Com O Ideb Nos Municípios Pernambucanos. **REVISTA PERNAMBUCANA DE ADMINISTRAÇÃO**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 86–100, 2021. Disponível em: <https://periodicos.upe.br/index.php/rpad/article/view/873>. Acesso em: 31 jul. 2024.

LUDKE, M. e ANDRÉ, M.E.D.A. **PESQUISA EM EDUCAÇÃO**: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

FREITAS, L. C. Conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: SOARES, M. B.; KRAMER, S.; LUDKE, M. Escola Básica. São Paulo: **ANAIS** da 6a. CBE, 1992.

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico da escola. **REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085/1114, out./dez. 2014

RIBEIRO, Márden de Pádua. Gestão escolar pública: refém do Ideb?. *DIALOGIA*, [S. l.], n. 24, p. 99–112, 2016. DOI: 10.5585/dialogia.N24.5899. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/5899>. Acesso em: 31 jul. 2024.

GADOTTI, Moacir. **QUALIDADE NA EDUCAÇÃO: uma nova abordagem**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

FRANCO, Creso, ORTIGÃO, Isabel ; ALBERNAZ, Ângela. Qualidade e equidade em educação: reconsiderando o significado de "fatores intra-escolares". *ENSAIO: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 15, n. 55, p. 277–298, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/xmrGSS8Y9Cx8dYTVHtWFwL/#>. Acesso em: 31 mar. 2024.

KAPLAN, B.; DUCHON, D. **COMBINING QUALITATIVE AND QUANTITATIVE METHODS IN INFORMATION SYSTEMS RESEARCH: A CASE STUDY**. *MIS Quarterly*, v. 12, n. 4, p. 571-86, 1988.

SOARES, J. F. Qualidade e equidade na educação básica brasileira: a evidência do SAEB-2001. *ARCHIVOS ANALÍTICOS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS*, v.12, n. 38, 2004. Disponível em: . Acesso em: Nov 2023.

SOARES, J. F.; XAVIER, F. P. Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb. *EDUCAÇÃO & SOCIEDADE*, v. 34, n. 124, p. 903-923, 2013.

PALAVRAS-CHAVE: Ideb, SAEB, Avaliação Educacional.

[1] Identificação acadêmica, profissional e endereço eletrônico para contato.

[2] Identificação acadêmica, profissional e endereço eletrônico para contato.

[3] Identificação acadêmica, profissional e endereço eletrônico para contato.